

SESSÕES DO PLENÁRIO

86ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de setembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto e Zé Raimundo. (39)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Ivana Bastos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 01/08/2016.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 29/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa pelo tempo de, até, 5 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente e nobre deputado Carlos Geilson, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Sr^{as} Servidoras desta Casa, faço, neste momento, o uso da palavra para fazer uma reflexão, nobre deputado Rosemberg Pinto.

Além da grande farsa montada para provocar o impeachment de Dilma na tentativa de criminalizar Dilma, Lula e, conseqüentemente, o PT, tenta-se, agora, a todo custo, criminalizar Lula na perspectiva de que já temem a próxima eleição, porque as ruas do Brasil, nas cidades em todos os Estados, já apontam, seguramente, Lula ganhando no primeiro turno. E o terror tomou conta dos golpistas a ponto de, agora, estarem produzindo interpretações como prova de crime.

É uma piada ao que assistimos quando se pega a verba pública e se convoca uma coletiva de imprensa a fim de apresentar um relatório na qualidade daquele relatório. Isso demonstra que precisamos de uma reforma urgente no Judiciário brasileiro até para preservar o valor maior da Constituição brasileira. Vejam, quem deveria cuidar da aplicação da Constituição rasga a Constituição ao avacalhar a estrutura do Judiciário brasileiro e coloca o Brasil como piada internacional!

E a prova disso, nobre deputado Rosemberg Pinto, foi a presença do presidente imposto Temer na reunião do G20. Que cena pudemos testemunhar! Luiz Inácio Lula da Silva colocou o Brasil na condição de estar sentado entre as 20 maiores potências do mundo e o fez por várias representações. Todas as vezes em que Lula foi a esse encontro, ele se sentou, como sempre, ao lado de Obama e de outras grandes expressões internacionais com lugar de destaque, com fala e com posição de destaque e ressaltado na imprensa do mundo inteiro. O mesmo vivenciamos com Dilma que, também, se sentou em posição de destaque, teve fala e foi destacada na imprensa internacional.

Mas houve um quadro deprimente. Pudemos assistir, deputado Zé Neto, à presença do presidente impostor Temer que ficou na ponta sem nenhum destaque na imprensa, pois, sequer, na ata da reunião, ele foi citado como presidente quando foi lá colocado nas últimas linhas representando o Brasil.

Este é o quadro em que se encontra o País, conduzido pelo golpe instalado e pela visão tacanha de disputa do poder pelo poder sem preservar os valores, a articulação e muito menos a preservação da Nação.

Há aqueles que pegaram uma bandeira verde e amarela e foram às ruas no “fora Dilma” são os mesmos que agora estão no “fora Temer”. Eles acordaram da ilusão que foi implementada, graças às mentiras que conduziram à realidade do Brasil no tempo de hoje.

Falavam que Dilma e o PT tinham estourado a economia do País, com inflação e desemprego, mas agora os noticiários dizem que o maior percentual inflacionário foi atingido na gestão dele – e olhem que em tão pouco tempo –, como também os maiores índices de desemprego das últimas 3 décadas se dão neste pouco tempo em que Temer conduz o País.

Sem contar, nobres deputados, que o pior está por vir, porque ele já anuncia a ampliação da jornada de trabalho para 12 horas, produzindo, como consequência, a extinção de um terceiro turno, o que redundará em 30% de desemprego nos grandes centros.

Então, não tenho dúvida de que esse governo que aí está – que não se sustenta pois não tem terno, não tem estrutura, não tem compromisso, não tem programa e não tem projeto – cairá pelas mãos do povo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

Com a palavra o nobre Líder do governo, deputado José Cerqueira de Santana Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Inicialmente, saúdo os 32 deputados que aqui comparecem e dão frequência numa segunda-feira, a duas semanas do processo eleitoral do ano de 2016.

Sr. Presidente, esta é uma eleição atípica, na qual, nas grandes cidades, o que vemos é uma verdadeira paralisia do ponto de vista do debate político. A população das grandes cidades está, eu diria, adormecida da política, isso a cerca de duas semanas para que tenhamos a eleição propriamente dita.

É um momento de reflexão para todos, quando vivemos essa história recente deste Brasil com a ruptura internacional, institucional e constitucional. Ruptura internacional porque o mundo não aceitou o que foi feito no País. Ruptura institucional porque, infelizmente, uma parte da ação jurisdicional, muito especialmente localizada em Curitiba, dá uma demonstração de parcialidade sem precedentes na condução de um processo, diria, tão importante para o povo brasileiro.

Essa institucionalidade mereceria mais imparcialidade. E é dessa quebra institucional que o mundo inteiro reclama com relação a esse governo em nível federal, que assume sem legitimidade, sem voto, sem qualquer condição de levar o Brasil adiante.

Governo que não consegue estabelecer um diálogo com a sociedade. O Congresso totalmente isolado das grandes necessidades do País. Uma disputa silenciosa, mas ferrenha entre o Congresso e interesses de alguns setores mercantis da indústria brasileira, do grande industrial brasileiro, porque não é toda indústria que se alinha ao que a FIESP quer. Com certeza, o que a FIESP quer não é o que o povo brasileiro quer, o que a grande massa brasileira precisa.

Em meio a tantos conflitos, nós assistimos a um governo que não consegue se sustentar e, ao mesmo tempo, coloca em risco diversas conquistas alcançadas na história recente do Brasil, quando tivemos, muito singularmente, o avanço das políticas públicas inclusivas. As políticas inclusivas que não são só, apenas, políticas inclusivas para os mais pobres desse País, que em número de 40 milhões passaram a ter alimentação por dia, passaram a comer três vezes por dia. E o que a gente assiste nos noticiários e que já se confirma no dia a dia é o Brasil recuar em 600 mil bolsas-família. Só em Feira de Santana, Sr. Presidente, são 15 mil bolsas-família que já foram perdidas nos últimos 03 anos na nossa querida Princesa do Sertão.

Essa inclusão, em risco, não diz apenas respeito aos pobres, mas, também, à classe média, que já vê a possibilidade de redução drástica do Fies, que era um elemento importantíssimo para o financiamento do ensino de terceiro grau. E outras tantas situações, como a própria Previdência, que agora sofre drasticamente, num momento de dificuldade do país, com a possibilidade de recuo, mas recuo mais drástico do que o que se esperava com relação a direitos previdenciários.

E as outras tantas inclusões, da mulher, do negro, do adolescente, da criança, dos índios, de todas essas minorias que sempre foram esquecidas, do ponto de vista da política pública, que no governo Lula e no governo Dilma passaram a fazer parte do elenco das políticas e do elenco das necessidades e da política enxergar esses setores e fazer com que eles fossem incluídos.

Era isso, Sr. Presidente. Que Deus nos proteja nessas próximas duas semanas, e que as urnas possam falar e falar bem qual é a necessidade do Brasil.

E viva a democracia, viva o povo brasileiro e vamos em frente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados presentes, Zé Neto, Rosemberg Pinto, meu grande Líder Luciano Ribeiro, senhores que nos assistem pelo Canal *TV Assembleia*, senhores funcionários dos gabinetes, senhores deputados que estão na biblioteca trabalhando nos projetos, o site Bahia Notícias divulgou uma nota, uma notícia bastante preocupante para todos nós baianos, de certa forma muito grave, que coloca o governo da Bahia, de forma especial a Secretaria de Segurança Pública, numa situação vexatória.

A notícia afirma que estaria ocorrendo ingerência, interferência política da Secretaria de Segurança Pública, conforme denúncia dos delegados da Polícia Civil da Bahia. (Lê) *“Publicada no dia 14 deste mês, quarta-feira passada, a notícia diz o seguinte:*

Em assembleia realizada na última segunda-feira (12), os delegados de Polícia Civil da Bahia decidiram pela entrega dos cargos caso o governo não cumpra as

exigências da categoria. De acordo com o presidente da Associação dos Delegados da Polícia do Estado da Bahia (ADPEB), Fábio Lordello, a decisão está ligada à ausência de autonomia investigativa da corporação com relação à Secretaria de Segurança Pública (SSP). 'O controle hoje das nossas principais operações sigilosas sofre ingerência política da Secretaria de Segurança Pública, prejudicando o andamento das investigações, principalmente em casos de corrupção', afirmou. Foi aprovada ainda a suspensão imediata por 40 dias de pedidos de interceptações telefônicas à Justiça. 'Nós não confiamos no sistema que está implantado. A Bahia é o único estado que funciona assim. A secretaria mantém as investigações no gabinete do secretário, que as controla de forma ilegal'. Lordello ressaltou ainda que o principal objetivo da reivindicação é 'defender e preservar os direitos do cidadão'.

Meus colegas deputados, essa denúncia é um escândalo para a Bahia.” é um absurdo. (Lê) “Num momento em que convivemos com uma escalada cada vez maior nos crimes de morte, nos assaltos, na explosão de bancos e até em sequestros que vêm ocorrendo no nosso estado, eis que surge um fato como este, denunciado (é bom ressaltar) pelos próprios delegados de Polícia Civil.” Quem faz essas denúncias são os delegados da Polícia Civil. Este deputado apenas está reverberando a denúncia.

(Lê) “É bom observar também que, além do grande número de crimes, colocando o nosso estado e a nossa capital como locais dos mais violentos do Brasil, há crimes de grande repercussão na Bahia que até hoje não se tem notícias de motivação, nem tampouco de autoria. São crimes que as autoridades nem tocam no assunto, como se houvesse uma proibição de falar deles, como se houvesse um misterioso pacto de silêncio.

Chama também a atenção na denúncia dos delegados que a ingerência da Secretaria de Segurança Pública ocorre principalmente nos casos de corrupção! Isso é muito grave, isso é muito preocupante. A sociedade baiana precisa saber exatamente o que está acontecendo nos bastidores da segurança pública da Bahia. É inusitado na Bahia delegados de polícia ameaçarem, em massa, entregar os cargos porque estão metendo o dedo político nas investigações.”

É de estarrecer. Em sendo verdade, a Bahia está na contramão do que nós estamos vivendo. Os delegados, tolhidos de fazerem investigações livres e sigilosas – e essas investigações, principalmente nos casos de corrupção, estão no gabinete, na mesa do secretário de Segurança Pública. É necessário que o governo esclareça o fato; porque há uma ameaça de demissão em massa, de entrega dos cargos, em massa, dos delegados de polícia civil do Estado da Bahia.

Volto a frisar: é preocupante e exige uma posição do governo – uma posição dura, extremamente clara – do que vem ocorrendo, do porquê e do que está por trás dessa denúncia e dessas investigações, hoje, que os delegados estão perdendo a autonomia de fazê-las.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra, o nobre deputado Rosemberg Pinto por até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores, Imprensa, telespectadores da *TV Assembleia*, deputado Carlos Geilson, eu ouvi atentamente e é lógico que também vi essa notícia e me preocupei, porque, se é verdade esse fato que foi narrado pela imprensa, ele nos preocupa.

Eu tive, imediatamente, essa preocupação que V. Ex^a levantou aqui, a de buscar as diversas informações. Primeiro, asseguro que não é verdade que existe cerceamento do trabalho dos delegados da Polícia Civil, no Estado da Bahia, por parte do secretário de Segurança Pública. O que está acontecendo é que está existindo uma mudança de gestão do ponto de vista da segurança pública – muitas das vezes reivindicada por todos nós aqui e, na maioria das vezes, pelos deputados de oposição.

O secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, é uma pessoa, inclusive oriunda da Polícia Federal, especialista na área de Inteligência. Ele é uma pessoa extremamente conceituada e tem um currículo respeitável e respeitado na área, do ponto de vista de pensar a Inteligência na área da Segurança Pública. E fez aqui no nosso CAB, Centro Administrativo, uma central para que se possa construir uma interligação de tudo que está havendo no Estado da Bahia, inclusive na área investigativa. Então, não há que se falar em cerceamento, por parte dos delegados da Polícia Civil, em se fazer as diversas investigações. O que existe, em alguns casos, são prerrogativas do Ministério Público, da Polícia Civil, do Tribunal de Justiça do Estado, que têm, *a priori*, de autorizar determinado tipo de investigação. Não há nenhuma tentativa de cercear, principalmente – como V. Ex^a levantou aqui, que está implícito na notícia – crimes na área de corrupção. Ou seja, não há isso. Até porque há algumas prerrogativas que a legislação regula. Por exemplo: investigação a pessoas com foro privilegiado, que tem de ter a anuência do Tribunal de Justiça para iniciar um processo; como faz o Ministério Público quando algum procurador, promotor de Justiça vai fazer uma investigação e essa investigação está regida no âmbito dos foros privilegiados. Isso vai para o procurador ou a procuradora-chefe. Então, na realidade, são regulações que já existem do ponto de vista do regramento das investigações. Não há de se falar nisso.

Os delegados têm conversado. Eu conversei, inclusive, com alguns. O nosso querido Líder do Governo também conversou com outros. Acho que é possível chegar, sim, a determinados entendimentos. Há algumas razões, do ponto de vista de questionamento por parte dos delegados, nas suas atuações, mas não do ponto de vista do cerceamento do processo investigativo.

Eu, inclusive, fiz um questionamento e quero tornar público aqui: a participação das polícias Civil e Militar no processo de disputa eleitoral no interior do Estado. Precisamos levantar isso aqui. Nessa semana, o governador Rui Costa deu uma declaração, e acho que é o correto. Quem quer tomar posição teve a oportunidade de se candidatar e disputar o processo. Mas os policiais civil e militar

têm de se colocar de forma a atender a população, indistintamente de qualquer posição. E não deve tomar partido, como policial, seja de um lado, seja do outro, para garantir que a democracia prevaleça.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto:- Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito que V. Ex^a faça uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Marcell Moraes:- Estou inscrito, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Tem inscrito o deputado Marcell Moraes.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Desculpe-me. Não sabia que ele estava inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra, o deputado Marcell Moraes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Sr. Presidente, colegas deputados, imprensa, venho aqui, na tarde de hoje, fazer uma denúncia grave contra a empresa chamada Braskem. Empresa que tenta construir de qualquer forma o Porto de Aratu, destruindo a área de conservação, que é a Prainha. Agora passou dos limites.

Um gestor ambiental chamado Elivandro Paraguaçu de Santana, morador de Candeias, é autor de um projeto que inviabiliza a construção do terminal portuário na região conhecida como Prainha. Esse ambientalista, Sr. Elivandro Paraguaçu de Santana, brasileiro, denunciou no Cartório de Notas, através da escritura pública declaratória que vou ler abaixo.

No dia 02 de agosto de 2016, o denunciante Elivandro Paraguaçu recebeu uma ligação do pessoal da Braskem para que ele comparecesse nesse mesmo dia, na sede da empresa, para discutir um projeto social que o mesmo, deputado Adolfo Viana, havia apresentado há mais de dois anos, e sobre o qual a Braskem, até então, não havia se pronunciado. Estou lendo uma escritura pública que está registrada no 3º Cartório de Notas de Salvador.

O Sr. Elivandro Paraguaçu, declara que no dia 02 de agosto compareceu a uma reunião agendada para as 14 horas daquele dia, lá estando o gerente Hélio Tourinho e a pessoa responsável pelas relações institucionais da empresa Braskem.

O declarante iniciou a conversa num clima amistoso. E, logo após, os presentes começaram a fazer questionamentos de maneira ríspida e com muita pressão sobre ele. Percebeu que, na verdade, o motivo daquela reunião não era o projeto que o mesmo havia apresentado à Braskem há alguns anos, e sim o fato do declarante, na condição de líder comunitário, ser contra o projeto da referida empresa que pretende acabar com a Prainha. O representante timidamente... Repito, o que eu estou lendo aqui está no 3º Cartório de Notas onde o Sr. Paraguaçu de Santana denunciou.

Nesse mesmo dia, nessa tal reunião com a empresa Braskem, “o diretor perguntou ainda se o declarante tinha ciência de que a Braskem estava perdendo cerca

de 2 (dois) milhões por dia por conta de uma ação feita por ele, além do risco que empresas do Polo Petroquímico estejam correndo em parar por falta de Matéria Prima.” O declarante informa, deputado Adolfo, que ele foi ameaçado, intimidado, pelos diretores da empresa Braskem.

Aí pergunto, senhoras e senhores, até que ponto essa tal empresa que se diz poderosa pode inibir a sociedade civil? Essa empresa pode tentar a todo custo acabar com a área de preservação, chegando a ameaçar o Sr. Elivandro Paraguaçu de Santana que teve muita coragem de ir ao cartório registrar o ocorrido.

Quero avisar às senhoras e aos senhores, que não vamos retroceder contra essa empresa que, diga-se de passagem, está envolvida na Lava Jato. A partir desse momento, abro a boca para afirmar que é uma vergonha para a Bahia ter uma empresa dessa aqui, uma empresa que ameaça ambientalistas, que chama ambientalistas para ameaçar. Quem está dizendo isso, deputado Adolfo Viana, não é o deputado Marcell que vai apurar fundo na Comissão do Meio Ambiente, também conto com V.Ex^a nessa luta. O deputado Marcell está lendo uma carta declaratória feita pelo ambientalista Elivandro Paraguaçu de Santana, na qual ele diz que foi covardemente ameaçado, covardemente inibido pelo diretor da Braskem Sr. Hélio.

Nobres deputados, que possamos averiguar esse fato de perto. Que possamos, deputado Adolfo, convocar o Sr. Hélio para dar explicações, porque não é apenas uma denúncia de palavras, é uma denúncia registrada em cartório.

É preciso, Srs. Deputados, chamar o Sr. Diretor da Braskem para ele explicar a chantagem, a ameaça que fez a esse ambientalista, e que o mesmo teve pulso e coragem para registrar. Esse é o meu pronunciamento.

E quero dizer, senhoras e senhores, que essa empresa não vai conseguir inibir os baianos. Essa empresa envolvida na Lava Jato, que tenta de todas as maneiras construir o Porto de Aratu através de chantagens e com ameaças, agora ela, como diz o ditado popular, deputado Rosemberg – deu um tiro pela culatra, porque o Sr. Elivandro Paraguaçu de Santana...

É preciso que esta Casa, que a Comissão do Meio Ambiente convoque o Sr. Hélio, diretor da Braskem, e o denunciante, Sr. Elivandro Paraguaçu de Santana, que teve a coragem de denunciar no cartório a barbaridade que os diretores da Braskem fizeram com ele: ameaçaram; tentaram de qualquer maneira calar uma voz; tentaram de qualquer maneira extorquir – por que não extorquir? –; tentaram de qualquer maneira inibir a atuação do ambientalista, mas ele teve coragem e teve pulso, denunciou e está no cartório. E diga-se de passagem, senhoras e senhores, a vida do Sr. Elivandro Paraguaçu de Santana corre risco, porque essa empresa fez isso e pode fazer muito mais.

Faço, aqui, um apelo aos nobres deputados: vamos averiguar de perto esse absurdo. O deputado Marcell está trazendo a denúncia já registrada em cartório, não é uma denúncia de boca, não é um disse me disse, está lá registrada em cartório que o diretor da empresa Braskem, Sr. Hélio, ameaçou um ambientalista, tentando de todas

as maneiras inibir o trabalho dele. Chamaram-no para falar de um projeto ambiental, que ele tinha apresentado e, na verdade, o rumo da conversa mudou, exatamente, para inibir a luta pela prainha. Chega! A Braskem já ameaçou o governador do Estado dizendo... Não tenho como provar? Ao contrário disso! Dizendo que vai sair daqui e vai para outro Estado.

A Braskem tenta de todas as maneiras a ampliação do Porto de Aratu para destruir ainda mais o meio ambiente. Uma área de conservação, uma prainha... A Baía de Todos os Santos – deputado Adolfo Viana – é a maior baía do País, é a segunda maior baía do planeta, levamos o nome baiano devido à Baía de Todos os Santos. Além de ela tentar destruir um patrimônio, que é a Baía de Todos os Santos, agora ela tenta...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Para concluir, deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Para concluir, Sr. Presidente. (...) ela tenta agora inibir, tenta agora – a empresa – chantagear, ela tenta agora ameaçar um ambientalista, e não vai conseguir, porque nós – deputado – não vamos fechar os olhos para essa barbaridade. Levarei ao gabinete de cada deputado da Assembleia, a carta registrada em cartório do ambientalista, que foi ameaçado pelo diretor da Braskem.

Saudações ecológicas e vamos inibir esse absurdo, que acontece, neste exato momento, por parte dessa empresa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, queria cobrar do deputado Marcell Moraes um pouco de responsabilidade. No discurso que ele acaba de fazer na tribuna desta Casa, ele está, praticamente, condenando uma empresa e acho que de maneira prematura. Precisamos, aqui, ter um pouco de responsabilidade. Se ocorreu uma denúncia que ela seja apurada, agora, não cabe, aqui, a nenhum parlamentar desta Casa condenar ou não qualquer pessoa que seja, qualquer empresa que seja, justamente porque alguém ofereceu uma denúncia.

Então, quero cobrar um pouco de responsabilidade nesse sentido e obviamente gostaria de ter acesso a esses documentos. Não cabe a este Parlamento, o pré-julgamento de absolutamente ninguém, nem a condenação, acho que nós temos outro tipo de função, aqui, neste Parlamento.

O Sr. Marcell Moraes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão de ordem, deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes:- Deputado Adolfo, enviarei ao gabinete de V. Ex^a. Sei da preocupação de V. Ex^a, mas o papel do parlamentar é fiscalizar e isso devemos fazer. E se a denúncia já está registrada em cartório, devemos obviamente convocar o Sr. Hélio, diretor da Braskem, junto com o ambientalista Elivandro Paraguaçu, para, de fato, levar ao conhecimento, não só da opinião pública, mas tentar, de fato, uma explicação plausível dessa empresa, porque não é uma denúncia falada, é uma denúncia já registrada em cartório.

Saudações ecológicas, e vamos de fato tentar... Conto com o apoio de V. Ex^a, que é um deputado atuante, que faz parte da Comissão do Meio Ambiente, não tenho dúvida do empenho de V. Ex^a para intimar a Braskem e esse diretor para que possamos esclarecer os fatos, se teve ou não teve essa denúncia, deputado Leur Lomanto, já registrada em cartório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, ouvi atentamente a intervenção do deputado Marcell Moraes e do deputado Adolfo Viana, conheço o empreendimento, conheço toda a tramitação, até porque essa Casa, no ano passado, foi motivo de um debate sobre essa questão, que é a construção do terminal privado da Braskem.

A minha sugestão... Primeiro, a divergência que existe na construção diz respeito ao local: se a Prainha seria ou não o local adequado para fazer o terminal privado. E, além disso, a intervenção no mar, que poderia causar um impacto no tráfego de navios para dentro do Canal de Cotegipe. A minha sugestão é que a gente trate essa questão.

É importante para a Bahia o empreendimento. É lógico que esse empreendimento não deve causar os dois problemas, nem o impacto ambiental, nem nenhum tipo de problema que possa inviabilizar novos empreendimentos no Canal de Cotegipe.

Então, eu espero que nós possamos aqui, além dessa questão da denúncia, deputado Marcell Moraes, tratar a questão como um empreendimento para o Estado da Bahia. Obviamente, que esse empreendimento poderá vir acontecer sem criar nenhum impacto ambiental, em especial, na área da Prainha, e também não inviabilizará outros projetos no Canal de Cotegipe, que, na minha opinião, é o grande pomo de discórdia do empreendimento.

Com relação à questão dos projetos sociais, eu acho que nós devemos estimular que empresas que iniciem empreendimentos, principalmente em área como a Baía de Todos os Santos, possam, obviamente, até como contrapartida social, empreender projetos sociais capazes, obviamente, de garantir impactos sociais nas comunidades no entorno desses empreendimentos.

Nesse sentido, tirando um pouco a emoção do deputado Marcell Moraes, eu não vejo nenhum problema em ouvir as partes aqui, mas com o objetivo concreto de que deva acontecer o empreendimento sem os dois impactos que eu levantei.

E, nesse sentido, meu querido presidente, eu queria que V. Ex^a fizesse uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):-Não havendo quórum regimental, dou por encerrada essa presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.